

Alexandre Fortes¹

Brazil's Steel City. Developmentalism, Strategic Power and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1964, de Oliver J. Dinius ²

B*razil's Steel City*, livro que resulta da tese de doutorado em História desenvolvida por Oliver J. Dinius em Harvard, enfoca as origens e as primeiras fases de operação da Companhia Siderúrgica Nacional. Baseado em extensa pesquisa, Dinius se propõe a oferecer uma visão integrada da história da empresa e dos trabalhadores que a construíram e operaram. O autor trabalhou com um volume de documentação empresarial raramente acessível aos pesquisadores brasileiros, bem como com a imprensa local e nacional, acervos da polícia política, fundos pessoais de dirigentes políticos e empresariais, documentação sindical e entrevistas. As informações obtidas são apresentadas com clareza, tanto no corpo do texto quanto em quadros, tabelas, mapas e gráficos, recursos que auxiliam o leitor a assimilar a detalhada reconstrução que o autor faz de seu objeto de estudo. O livro inclui também um conjunto de reproduções fotográficas e algumas ilustrações, retratando principalmente o processo de trabalho da Usina.

Infelizmente, a recusa a um diálogo historiográfico mais construtivo limita severamente a capacidade de Dinius tirar conclusões mais substantivas mesmo dos aspectos mais originais da sua pesquisa, enfraquecendo a contribuição intelectual do

¹Alexandre Fortes (UFRRJ) alexfortes@globo.com

²Dinius, Oliver J. *Brazil's Steel City. Developmentalism, Strategic Power and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1964*. Stanford: Stanford University Press, 2011. ISBN -10: 0-8047-7168-5 / ISBN-13: 978-0-8047-7168-9 (325 pp.)

livro. Os problemas começam com os ataques desferidos pelo autor à “história do trabalho industrial no Brasil do pós-Guerra” (p. 7), que chamam a atenção menos pela dureza das críticas do que pela sua imprecisão. Dinius desdenha a historiografia sobre o tema como “variações sobre o mesmo tema da relação assalariada de exploração”, que não desenvolvem o seu potencial pleno por terem como categorias de análise central “formação de classe, cultura política e comunidade”, e produzem estórias (não História, note-se) que “embora interessantes (...) com frequência não são as mais importantes para se contar” (p. 10). Lamentavelmente, esses comentários depreciativos genéricos sobre as “outras obras sobre a história do trabalho no Brasil”, feitos pelo autor na introdução e na conclusão do trabalho (e por Marshall Eakin na própria contracapa do livro) não são sustentados por uma análise consistente de nenhuma dessas obras. Um procedimento pouco recomendável, para dizer o mínimo. Na verdade, o livro carece até mesmo de exame sistemático da expressiva produção bibliográfica existente sobre Volta Redonda, que, ao contrário do proposto pelo autor, não podem ser caracterizada como um caso pouco estudado.

Dinius entende que a proliferação de estudos acadêmicos nesta área, a partir da década de 1990, seria marcada por uma deficiência congênita: o fato de ter mantido, implicitamente, o “postulado central da velha política revolucionária, ou seja, que os trabalhadores afetam as mudanças sociais e políticas sobretudo como atores políticos” (p. 8). A ênfase na “habilidade dos trabalhadores defenderem os seus interesses sem recurso à burocracia do Estado e à sua burocracia trabalhista” teria sido adotada no Brasil sob a inspiração das greves dos metalúrgicos do ABC. Suas origens, entretanto, seriam os trabalhos de historiadores britânicos e norte-americanos que, em resposta ao “declínio do trabalho sindicalizado como força política”, teriam passado a produzir “abordagens culturais para suplementar o estudo da classe e da luta de classes” (p. 7).

O leitor poderia se questionar como a adoção de uma mesma concepção teórica pode ser determinada mecanicamente, em um contexto, pelo refluxo do movimento operário e, em outro, pela sua ascensão. Dinius, entretanto, não parece se abalar com este aparente paradoxo, empenhado em criticar abordagens que, segundo ele, conceituam “as escolhas políticas dos trabalhadores ou como *resistência* à exploração capitalista e à repressão estatal

ou como *integração* à lógica capitalista sob tutela do Estado” (p.7). Curiosamente, respalda a afirmação mencionando a influência do clássico livro Daniel James sobre a classe trabalhadora argentina e o peronismo: *Resistência e Integração* (“Introduction”, Nota 26), cujo título já aponta para a tensa coexistência dos dois elementos, não para sua mútua exclusão.

Ao contrário dos trabalhos que critica, Dinius propõe-se a analisar os trabalhadores como “atores econômicos”. Segundo ele, isso não significaria reduzi-los à “maximização racional de benefícios”, encontrada na “teoria econômica neoclássica”, mas sim encará-los como homens que “se viam como contribuintes decisivos para o desenvolvimento econômico nacional” e acreditavam que mereciam “receber uma parcela justa dos lucros da CSN” (p. 08, ênfase acrescentada). Ora, como demonstraram exaustivamente os trabalhos produzidos pela história do trabalho no Brasil ao longo das últimas décadas, a definição do que é justo não é dada de antemão por nenhuma lógica econômica, sendo na verdade objeto constante de disputa entre os atores sociais. É exatamente por isso que não faz sentido dar tratamento dicotômico às dimensões econômica, política e cultural da ação dos trabalhadores. Na verdade, antes de constituir qualquer novidade teórica, a idéia da existência de uma esfera “econômica” separada e determinante em relação ao conjunto da vida social vincula-se umbilicalmente ao utilitarismo liberal, a partir do qual — como já apontaram autores tão distintos como E. P. Thompson e Karl Polanyi —, contaminou as concepções deterministas do marxismo.

Segundo Dinius, a maior parte da historiografia que trata do trabalho no Brasil pós-Guerra “mal tocou” uma das “dimensões mais importantes da economia na segunda metade do século XX: o poder que os trabalhadores derivam da posição estratégica da sua indústria e da sua divisão interna de trabalho” (p. 238). Reivindicando inspiração nos estudos das relações de trabalho desenvolvidos nas décadas de 1940 e 1950 por John T. Dunlop, esta conceituação teria sido desenvolvida num paper de John Womack Jr. apresentado em 2006 na Finlândia, posteriormente expandido num livro publicado no México (pp. 9-10; 148-150). Aplicada à indústria, designaria um centro de produção de insumos vitais para uma ampla gama de atividades econômicas. Já no interior da “empresa estratégica”, tratar-se-ia de localizar grupos de trabalhadores que, mesmo em pequeno

número, tenham a capacidade de manter interrompido um complexo processo produtivo caso suas demandas não sejam atendidas.

Essa insistência em localizar um reduzido núcleo de trabalhadores em “posições estratégicas” dentro de uma “empresa estratégica”, ecoa, ironicamente, as antiquadas políticas vanguardistas criticadas por Dinius. Mas, poderíamos perguntar, se o autor recusa-se a operar com o conceito de “classe”, qual seria o sujeito desta estratégia? E como escapar da lógica da “teoria econômica neoclássica” se nos limitarmos a analisar os “atores econômicos” apenas como um agregado de indivíduos, destituídos de identidades coletivas permeadas por elementos culturais e políticos? Mutilada pela extirpação da luta de classes, a história do trabalho, assim concebida, corre o risco de ser reduzida a um braço auxiliar da *business history*.

Ao contrário do que sugere Dinius, parte expressiva da produção da história do trabalho sobre o pós-30 nas últimas décadas trata de empresas, na visão de diversos atores sociais no período, desempenhavam papéis “estratégicos” variados como parte de um projeto desenvolvimentista mais amplo. Esse não é apenas o caso do porto de Santos, como o autor reconhece numa tímida nota de rodapé (n. 13, p. 238), mas também o da Fábrica Nacional de Motores, da Nitro Química (a “CSN do setor químico”), da indústria automobilística do ABC, da Varig, da indústria naval dentre outros possíveis exemplos. O fato de alguns setores fundamentais, como a indústria petrolífera, ainda estarem sub-representados na historiografia, como aponta o autor, decorre menos do desconhecimento da sua relevância do que da precariedade das condições objetivas em que as pesquisas históricas são levadas a cabo no país.

Mas o fato fundamental é que os estudos na área têm demonstrado a necessidade de se analisar a diversidade dos sistemas de dominação empresariais e das estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores frente a eles, bem como frente às ambigüidades constitutivas da política trabalhista do Brasil pós-30. A organização e a mobilização desses grupos de trabalhadores poderiam produzir impactos diversos nas esferas locais, regionais e nacional, que incluíam — mas não se resumiam a — o potencial encadeamento de prejuízos econômicos em caso de paralisações.

O mais impressionante, entretanto, é que as convicções do autor não sejam abaladas pelo capítulo 6 do livro (“Power over production: The technical division of labor and workers’ strategic position in steel”, pp. 147-178). Nele, após uma precisa e detalhada descrição do processo de trabalho na CSN, Dinius é obrigado a reconhecer, embora acanhadamente, que a hipótese sobre o papel decisivo dos trabalhadores ocupando “posições estratégicas” não se confirma na prática. Definidas da forma proposta pelo autor, essas posições seriam ocupadas por três segmentos de trabalhadores: a) os responsáveis pelo sistema de distribuição da energia elétrica necessária à operação dos diversos setores da Usina; b) os operadores de guindastes responsáveis pelo complexo deslocamento de materiais entre as diversas fases do processo de produção do aço nas suas diversas especificações; c) os profissionais de manutenção (pp. 166-176).

Entretanto, como as fontes pesquisadas não revelam nenhum peso diferenciado desses segmentos nas lutas dos trabalhadores da empresa, o autor se resume a indagar se, porventura, os organizadores sindicais tinham consciência sobre a importância da análise de “posições estratégicas”. Ora, uma leitura mais atenta da historiografia desprezada por Dinius revelaria que, ao menos desde meados dos anos 1930, os comunistas brasileiros, que também marcavam presença em Volta Redonda no imediato pós-guerra (ver capítulo 5 “Beware of the communists: Political policing and labor control” pp. 124-146), priorizavam constituir células nas empresas de transportes e energia, justamente pelo impacto potencial desses setores na paralisação da economia. O fato de guindasteiros e eletricitistas não terem sido protagonistas das lutas dos trabalhadores da CSN, portanto, não pode ser explicado pela suposta ignorância dos militantes em relação ao valor estratégico dessas posições, mas sim pelo fato, que o autor se recusa a admitir, de que fatores políticos e culturais podem desempenhar papel determinante na definição do que constitui uma “posição estratégica” efetiva na prática da luta de classes.

Isso pode ser ilustrado pela trajetória daquele a quem Dinius atribui o papel de mais destacada liderança dos trabalhadores da Usina. O funcionário burocrático Othon Reis Fernandes transitou da direção do departamento de recursos humanos para a presidência do sindicato da categoria e dali para o Conselho de Administração da empresa (Ver capítulo 8 “The

crisis of developmentalism: From union hegemony to the military coup”, pp. 206-232). Os “trunfos estratégicos” desse personagem podem ser localizados num amplo domínio dos meandros da legislação trabalhista e numa grande capacidade de articulação com as lideranças regionais e nacionais do PTB, que, como fica evidente dos fatos descritos pelo autor, disputava o controle político da fábrica com rivais do PSD e da UDN. Por essas e por outras é que cerca da metade de um livro concebido para apresentar os trabalhadores como “atores econômicos” é dedicada a descrever processos políticos (conflitos e alianças entre grupos partidários ou não, participação em — e denúncias de — práticas de clientelismo, etc.), embora as opções teóricas do autor deixem-no particularmente desaparelhado para analisá-los.

Por outro lado, a segunda dimensão da “posição estratégica” (a da CSN na economia nacional) também não se traduz automaticamente em um peso diferenciado para a ação desse grupo de trabalhadores no cenário nacional — como a teoria de Womack parece indicar. Nesse sentido, o uso que Dinius faz da ideia de que os metalúrgicos de Volta Redonda construíram “um dos sindicatos mais poderosos do Brasil” (p. 205) é bastante ambíguo. O autor atribui à entidade uma altíssima capacidade de defender os interesses dos trabalhadores da CSN, e insinua que isso teria lhe conferido proeminência no movimento operário nacional. Na verdade, o livro mostra que mesmo no plano micro-regional havia descontentamento e reações entre trabalhadores de outras empresas incorporadas à mesma base sindical.

Conquistas obtidas sem greve são apresentadas como evidência de força sindical, mas talvez essas características do sindicalismo na empresa se expliquem menos pelo processo de trabalho ou pelas políticas paternalistas do que pela sua localização. O autor aceita com bastante facilidade as versões oficiais segundo as quais explicações técnicas foram determinantes para a decisão por localizar a empresa numa área até então rural e distante de grandes centros (pp. 30-31). Mas podemos conjecturar que, caso a usina tivesse sido construída na Zona Oeste do Rio de Janeiro, como foi cogitado à época, seria difícil evitar que seus operários deixassem de aderir ao menos a algumas das paralisações gerais de trabalhadores ocorridas no período estudado por Dinius.

Preso a uma formulação teórica claramente insuficiente para dar conta das complexidades levantadas pela sua rica

pesquisa e recusando-se a um debate sério com a historiografia do trabalho internacional e brasileira, Dinius fica incapacitado de contextualizar adequadamente o seu caso de estudo. É razoável supor, por exemplo, que os estudos sobre o paternalismo em outras grandes empresas brasileiras do mesmo período teriam muito a acrescentar à análise do caso de Volta Redonda (ver capítulo 3: “State paternalism in the making of a company town”, pp. 70-97) e, ao menos nesse aspecto, sem dúvida a tese de Regina Morel sobre a própria CSN merece atenção e crédito maior do que os recebidos.

Do mesmo modo, embora o autor tenha achado elementos para demonstrar como o componente católico jogou nesse caso um peso importante, a ideia de que a complexidade ideológica do trabalhismo emergente do Estado-Novo varguista possa ser resolvida pela sua simples classificação como “paternalismo católico” (pp. 72-76) fica muito aquém do que já foi produzido sobre o tema por diversos autores, gerando um extenso debate interdisciplinar ao longo de várias décadas. De fato, o que parece continuar a demandar mais análise é o fato do maior país católico do mundo não ter desenvolvido um sindicalismo confessional relevante.

Dinius realizou sua pesquisa durante um período marcado por uma notável expansão da história do trabalho no Brasil, e os estudos sobre o trabalho industrial no pós-1930 constituem uma parcela expressiva dessa produção. A principal contribuição do livro é tornar evidências de difícil acesso disponíveis a um público acadêmico mais amplo. É lamentável que o autor tenha cedido à tentação da falsa polêmica, que o levou, mesmo que inadvertidamente, a desqualificar uma produção historiográfica com a qual poderia ter estabelecido uma interlocução intelectual mutuamente vantajosa.